



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Estadual

Acompanhamento de
Legislações

09 de agosto de 2012
Edição 72

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fabiana Cristina Fontana

Fernando dos Santos Macêdo

Lhais Sparvoli Cardoso da Silva

Apoio Institucional: **Alexandrina Mori** – Relações Institucionais e Governamentais

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

Índice:

Glúten

PROJETO DE LEI Nº 491, DE 2012_____01

Dispõe sobre a obrigatoriedade de acomodação, em um mesmo local ou gôndola, de todos os produtos alimentícios especialmente elaborados sem a utilização de glúten.

Descarte de materiais recicláveis

PROJETO DE LEI Nº 1.094, DE 2011_____03

Cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 491, DE 2012

Autor: André Soares - DEM

Dispõe sobre a obrigatoriedade de acomodação, em um mesmo local ou gôndola, de todos os produtos alimentícios especialmente elaborados sem a utilização de glúten.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º. Os supermercados, hipermercados e congêneres, localizados no Estado de São Paulo, deverão expor aos consumidores, em um mesmo local ou gôndola, todos os produtos alimentícios especialmente elaborados sem a utilização de glúten.

Artigo 2º. A infração às disposições da presente Lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no artigo 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60.

Artigo 3º. Ulterior disposição regulamentar desta Lei definirá o detalhamento técnico de sua execução.

Artigo 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 5º. Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Justificativa:

Inicialmente, verifica-se que conforme o artigo 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal, competem aos Estados legislar sobre assuntos referentes à produção e ao consumo, bem como responsabilidade por danos causados ao consumidor. Assim, com base nas premissas aqui emitidas, também cabe ao Estado legislar sobre a matéria que ora se discute.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido da constitucionalidade de Lei estadual que determina aos supermercados e hipermercados que concentrem em um mesmo local ou gôndola todos os produtos alimentícios elaborados sem a utilização de glúten. Nesse sentido:

"Lei 12.385/2002 do Estado de Santa Catarina, que cria o programa de assistência às pessoas portadoras da doença celíaca e altera as atribuições de secretarias estaduais. (...) A natureza das disposições concernentes a incentivos fiscais e determinação para que os supermercados e hipermercados concentrem em um mesmo local ou gôndola todos os produtos alimentícios elaborados sem a utilização de glúten não interferem na função administrativa do Poder Executivo local. A forma de apresentação dos produtos elaborados sem a utilização de glúten está relacionada com a competência concorrente do Estado para legislar sobre consumo, proteção e defesa da saúde. Art. 24, V e XII, da CR. Precedentes." (ADI 2.730, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 5-5-2010, Plenário, DJE de 28-5-2010.)

Além disso, cumpre salientar que o mesmo artigo 24 da Carta da República preconiza que os Estados têm competência legiferante sobre a proteção e defesa da saúde (inciso XII).

Tanto que a Carta Bandeirante (artigo 219, itens 1 e 4) é clara no sentido de preconizar que a saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo que o Poder Público Estadual tem a função de garantir o bem-estar do indivíduo, mediante a adoção de políticas públicas que promovam a redução do risco de doenças e outros agravos. Assim, com base em todas as premissas aqui emitidas, cabe ao Estado legislar sobre a matéria que ora se discute.

Segundo o Ministério da Saúde, a doença celíaca (DC) é causada pela intolerância permanente ao glúten, principal fração protéica presente no trigo, no centeio, na cevada e na aveia. Em sua forma clássica, pode

causar diarreia crônica, hemorragia, perda de peso, vômitos e anemia, podendo, se não tratada, levar à morte.

Estudos têm demonstrado que a DC é mais freqüente do que se pensava, porém, a doença ainda continua sendo subestimada.

A falta de informação e a dificuldade para o diagnóstico prejudicam a adesão ao tratamento e limitam as possibilidades de melhora do quadro clínico. Pesquisas revelam que a doença atinge pessoas de todas as idades, mas compromete principalmente crianças de 6 meses a 5 anos de idade.

O tratamento da DC consiste em dieta sem glúten, devendo-se, portanto, excluir da alimentação tudo o que contenha trigo, centeio, cevada e aveia, por toda a vida.

É por tudo isso que apresentamos o presente projeto de lei.

A proposta obriga supermercado, hipermercados e congêneres, localizados no Estado de São Paulo, a expor aos consumidores, em um mesmo local ou gôndola, todos os produtos alimentícios especialmente elaborados sem a utilização de glúten. Tal medida não facilitará apenas o consumo de alimentos por aqueles diagnosticados com a doença celíaca, evitando situações de risco, mas também será responsável por simplificar a fiscalização do consumidor aos produtos colocados no mercado.

Assim sendo, ante a motivação exposta, pedimos o voto favorável dos Nobres Membros desta Assembléia, por se tratar de medida de relevante interesse público.

Sala das Sessões, em 01/08/2012

André Soares – DEM

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#inicio

Ementa - Dispõe sobre a obrigatoriedade de acomodação, em um mesmo local ou gôndola, de todos os produtos alimentícios especialmente elaborados sem a utilização de glúten.

Regime - Tramitação Ordinária

Tramitação:

07/08/2012 - Publicado no Diário da Assembleia, página 19 em 07/08/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.094, DE 2011

Autores: Beto Tricoli, Célia Leão

Cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Os fabricantes, importadores e respectivos elos da cadeia produtiva de bens físicos, produtos sob qualquer forma, designação ou natureza, comercializados ou colocados à disposição do consumidor no Estado de São Paulo, deverão veicular de forma expressa e inequívoca, em todas as embalagens, materiais impressos, comunicação em todos os meios de veiculação, um Rótulo Descarte Padrão que indica ao consumidor, onde e como fazer o descarte adequado dos resíduos sólidos provenientes do acondicionamento e/ou ao final do ciclo de consumo, e contemple, no mínimo, os parâmetros definidos nesta lei.

Artigo 2º - Este Rótulo deverá direcionar o consumidor a banco de dados com cobertura nacional atualizada, disponibilizado na internet, possibilitando fácil gerenciamento da logística reversa, bem como atendimento pelos SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor de cada empresa, feitos por intermédio de telefone, proporcionando amplo acesso por parte do consumidor.

I – os dados dos pontos de descarte de cada tipo de material reciclável deverão conter: nome do estabelecimento, endereço/logradouro completo, CEP, Cidade, Estado, e endereço de correio eletrônico.

II – a listagem que perfaz o cadastro dos pontos de descarte é de responsabilidade exclusiva de cada fabricante, importador ou demais elos da cadeia produtiva da marca comercializada

III – o serviço de informação dos pontos de descarte deve ser 100% gratuito à população

IV – o uso de tecnologias e codificações para mobilidade (celulares, tablets, entre outros) deve ser incorporada ao Rótulo Descarte Padrão de modo a facilitar a rápida identificação dos pontos de descarte

V – o serviço de informação dos pontos de descarte deverá estar disponibilizado na internet, inclusive com mapa de apontamento do local, podendo ser próprio ou prestado por fornecedores especializados

§ 1º – Caso o contato telefônico via SAC usar secretárias eletrônicas ou similares, ou ainda, contato via Correio Eletrônico, a comunicação personalizada ao consumidor, em retorno, deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º – Durante uma eventual ou necessária espera ao telefone, não serão apresentadas ao consumidor, através de gravação ou qualquer outro meio, mensagens de caráter publicitário.

Parágrafo único – A possibilidade do uso de correio eletrônico não retira a obrigação de o atendimento também tornar-se disponível para o consumidor por meio telefônico.

Artigo 3º - Qualquer descumprimento desta lei poderá ensejar ao consumidor a devida reclamação aos órgãos de proteção ao consumidor, em ação no Estado de São Paulo, sendo que, nessa hipótese, será aplicável pela fiscalização da Secretaria de Justiça à empresa infratora, através de sua representação no território paulista, uma multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada situação irregular.

§ 1º – A multa poderá ser aplicada concomitantemente com a estipulação de um prazo para o saneamento da irregularidade, sendo possível a aplicação de mais multas iguais, caso a regularização não ocorra.

§ 2º – As multas arrecadadas serão levadas a crédito do Fundo Estatal de Proteção ao Consumidor.

Artigo 4º - O disposto nesta lei não prejudica a aplicação de demais sanções previstas em outras disposições legais, no que for pertinente, em especial no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.900).

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A sociedade não quer continuar dispondo dos resíduos pós consumo (lixo inorgânico), de forma equivocada e anti-ambiental. O auto-sentimento de culpa e negligência gerado diariamente nas famílias, está atingindo níveis preocupantes.

Desde meados dos anos 1990, muitas escolas ao longo do país, em especial no Estado de São Paulo, iniciou a educação ambiental desde os primeiros anos de formação escolar. Isso fez com que crianças a partir de 4 anos de idade passaram a levar para dentro dos lares, o conceito de separação seletiva do lixo doméstico. Pelo menos ao nível de orgânicos separados dos inorgânicos. Lembremos que a Educação, como base fundamental da evolução, cidadania e democracia, é o principal eixo motor da sociedade na direção do progresso e do desenvolvimento. E, mais uma vez, é através dos braços da Educação que novo padrão de comportamento se está estabelecendo agora no tema do meio ambiente e da sustentabilidade.

Muitas cidades paulistas pioneiras no estabelecimento do sistema de coleta seletiva, amplificaram a ressonância desse novo comportamento. Essas cidades apresentam hoje, o sucesso dessas iniciativas.

Lembremos que há 20 anos, já tramitava no Congresso Nacional, projetos de lei estabelecendo uma política de resíduos sólidos, cuja aprovação e regulamentação ocorreram em Ago e Dez/2010, gerando a atual Lei Nacional dos Resíduos Sólidos.

Aqui no Estado de São Paulo, muito antes da Lei Nacional, em 2006, a Assembléia elaborou e aprovou a Lei 12.300 estabelecendo uma das mais modernas legislações em todo o mundo sobre a questão do lixo, poluição, resíduos sólidos e manejo pós - consumo.

Acrescente-se aos conclames legais já debatidos e contidos no Código de Defesa do Consumidor, na Lei que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, na Carta Magna através do seu artigo 5º, onde é determinado que o acesso à informação é um direito fundamental garantido pela Constituição, é chegada a hora de estabelecer um novo marco na direção de cumprir o desejo da sociedade e o que estabelece este conjunto de Leis – a criação de um orientando o consumidor a descartar corretamente todos os resíduos sólidos provenientes do pós consumo.

Esse Rótulo Descarte Padrão é a melhor resposta à um anseio social de alta relevância. Organiza a sociedade inteira – desde os fornecedores e intermediários, e principalmente, o consumidor.

Desta forma, bastará uma simples verificação nas embalagens ou impressos dos produtos, e o consumidor rapidamente poderá identificar o serviço de informação sobre os pontos de descarte de cada material reciclável que disporá diariamente.

Ganha o Consumidor, que praticará o que é certo, descartando lixo-rico de forma correta. Ganha o Catador-Reciclador que é remunerado por um serviço digno e fundamental. Ganha o Meio Ambiente que será minimamente impactado pela deterioração e contaminação da biodiversidade local. Ganha o País com a criação de uma nova indústria – a indústria da reciclagem, que necessita de fluxo contínuo de suprimento de “matérias primas”, hoje desperdiçadas em aterros e lixões, o que poderá gerar riqueza, empregos verdes, além da lição de cidadania e organização. Ganha o Planeta, que efetivamente passará a perpetuar os recursos disponíveis.

Tudo isso com a implementação de um novo símbolo – o Rótulo Descarte Padrão do serviço de informação sobre os pontos de descarte de cada tipo de material reciclável, a ser exposto em todas as formas de comunicação do produto com seu consumidor.

Assim, o presente Projeto de Lei deste Legislativo pretende inovar nessa matéria, estabelecendo regras simples e objetivas, que deverão ser obedecidas por todos envolvidos na geração de resíduos sólidos no Estado de São Paulo, além de estabelecer uma pena pecuniária para os infratores.

Sala das Sessões, em 22/11/2011

Beto Tricoli – PV

Célia Leão – PSDB

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#inicio

Ementa - Cria o "Rótulo Descarte Padrão" e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis.

Regime - Tramitação Ordinária

Indexação - Criação, Descarte, Informação, Lei Estadual 12300/2006, Lixo Inorgânico, Pontos De Descarte, Rótulo Descarte Padrão.

Tramitação:

24/11/2011 - Publicado no Diário da Assembleia, página 21 em 24/11/2011

25/11/2011 - Pauta de 1ª sessão.

28/11/2011 - Pauta de 2ª sessão.

29/11/2011 - Pauta de 3ª sessão.

30/11/2011 - Pauta de 4ª sessão.

01/12/2011 - Pauta de 5ª sessão.

05/12/2011 - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

06/12/2011 - Entrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação

09/12/2011 - Distribuído ao Deputado Fernando Capez

20/03/2012 - Recebido do relator, Deputado Fernando Capez, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação, com voto favorável

26/03/2012 - Recebido do relator, Deputado Fernando Capez, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação, com voto favorável ao projeto com emenda

28/03/2012 - Aprovado como parecer o voto do Deputado Fernando Capez, favorável ao projeto com emenda

30/03/2012 - Entrada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

10/04/2012 - Distribuído ao Deputado Itamar Borges

11/05/2012 - Recebido com voto do relator Itamar Borges favorável ao projeto com a emenda apresentada pela CCJR, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

15/05/2012 - Concedida vista ao Deputado Ed Thomas

23/05/2012 - Devolvido da vista

26/06/2012 - 87ª Sessão Ordinária - Aprovado Requerimento de Urgência

26/06/2012 - Alterado o regime para: PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

27/06/2012 - Publicado Requerimento, da Deputada Regina Gonçalves, solicitando tramitação em regime de urgência desta propositura. (DA p. 27)

27/06/2012 - Comunicado Vencimento do Prazo

27/06/2012 - Juntado pedido de Relator Especial

27/06/2012 - Presidente solicita R.E.

06/08/2012 - Designado como Relator Especial, a Deputada Regina Gonçalves, pela comissão CMADS

08/08/2012 - Recebido com voto favorável, da relatora especial Regina Gonçalves, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável